

**A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL REGIONAL
E SUAS POTENCIALIDADES
NA CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS
PARA A PRÁTICA EDUCATIVA**

Jackeline Barcelos Corrêa (UNEF)
jackeline.barcelos1@hotmail.com

RESUMO

A literatura exerce papel importante na formação das crianças, pois ela sintetiza a realidade por intermédio da ficção, fazendo com que possam por meio dela preencher as carências das experiências ainda não vividas, permitindo que adquiram de forma lúdica valores culturais. Por exemplificarem bem o papel da literatura é que as obras literárias regionais de Campos dos Goytacazes – RJ foram escolhidas para contextualizarem os objetivos deste trabalho, que são: conscientizar o professor, de que a literatura tem papel importante na formação social da criança; examinar como e por quem o discurso ideológico silenciador se produz no que se refere à literatura regional; mostrar que as obras literárias regionais podem ser trabalhadas na educação infantil com o mesmo engajamento social e, por fim, reivindicar a inserção das culturas populares e linguagens em trânsito como parte integrante da grade curricular nas disciplinas pedagógicas nas instituições de formação de professores.

Palavras-chave: Literatura infantil. Formação popular. Cultura popular.

1. Introdução

A literatura escrita para criança evoluiu bastante desde a década de 1970 e a produção para os pequenos leitores está, a cada dia, mais voltada para a sua realidade, embora isto não signifique que o lado mágico e o lado lúdico estejam perdidos. Muito pelo contrário, muitos livros conseguem fundir uma boa dose do mundo real, com o mundo mágico e o mundo ideal.

Nos dias atuais os livros que não são clássicos não fazem parte do acervo da escola, e as culturas regionais ficam fora deste contexto. O ciclo da educação infantil é o momento em que a criança se desenvolve como ser social, considerando fatores intrínsecos dela mesma bem como aqueles que as circundam.

O processo educacional na primeira etapa (educação infantil) implica em optar por uma organização que garanta o atendimento de certos objetivos julgados mais valiosos que outros. As propostas devem ser elaboradas a partir de uma reflexão sobre a realidade da criança, o meio so-

cial onde ela e sua comunidade vivem. Não podemos ignorar os desejos conflitantes e suas necessidades.

Esse contato com a própria cultura e com a cultura do outro é que viabiliza a compreensão do que é necessário para conhecerem melhor suas características, e poder compará-las. Isto implica tornar a criança um ser social, isto é, um ser, que à medida que compreende a existência do outro e da cultura, compreende melhor o mundo no qual está inserido. Por isto se faz necessário o contato de materiais didáticos específicos para cada região, que proporcione o contato inicial da criança.

Nos seus estudos, Regina Zillberman ressalta como esse contato é de suma importância:

A leitura dos livros infantis como vem sendo realizada em sala de aula não se associa ao objeto que provoca a obra de ficção, com suas propriedades, tal com a de estabelecer, com o leitor, uma relação dinâmica entre a fantasia presente encontrada no texto e o universo do imaginário. Este percurso, que talvez consista no significado do ato de ler enquanto possibilidade de fazer interagir imaginário e raciocínio, fantasia e razão, emoção e inteligência, acaba por ser interrompido - ou ao menos insuficientemente vivenciado -, quando se sobrepõem a ele finalidades suplementares, tida como superiores e não mais diretamente relacionadas à leitura. (ZILBERMAN, 2000, p. 11)

Por causa de seu contato prévio com textos literários, a criança se descobre leitora, faceta que não lhe parece nova, porque é anterior às aulas de literatura, mas que pode lhe dar prazer, porque é capaz de ajudá-lo vivenciar e entender características de sua personalidade ou inserção na sociedade e na história. Provavelmente contribuirá para ele se dar conta do mundo ao seu redor, conscientizando-o para os problemas existentes no seu cotidiano.

O ato de escrever tem sido considerado pela maioria das pessoas como um desafio; parece que os educadores e educando têm um certo receio, que enfrentam a partir da predisposição de observar e vencer alguns mitos que envolvem esse ato, desmistificando-o, inclusive comprovando que o ato de escrever corretamente qualquer tipo de texto, está mais ligado ao conhecimento do que ao dom. O ato de escrever está relacionado a todas as nossas atividades, pois está vinculado a todas as situações de vida diária, como forma de conceber e retratar o mundo que nos cerca. Na verdade, somos todos historiadores, quando produzimos histórias, quando relatamos os fatos, acontecimentos, quando registramos nossas memórias.

O simples ato de contar uma história faz com que ela seja preservada do esquecimento criando-se a possibilidade de ser contada e recon-tada de outras maneiras. O sentido das histórias só se constrói com o olhar do outro, nas relações com outras histórias, com a marcação do tempo que a história acontece.

Com essa produção estimulada nas escolas, desde o início da escolarização, poder-se-á contribuir com a superação deste medo de errar ao narrar ou escrever um conto, um fato, um acontecimento local, ou até mesmo um texto.

É necessário compreender a cultura popular com o seu mérito histórico de conhecimento e acreditar que por meio da literatura na escola, o professor passará de uma forma praticamente desconhecida para uma prática democrática que busca contemplar as vivências, tradições locais.

Este estudo assume como objetivo geral atribuir maior importância à cultura local, buscando romper com a abordagem reducionista, ligada apenas as funções literárias mecânicas, reprodutoras e sem significado para as crianças.

Neste caso, a justificativa deste estudo incide na necessidade de serem criados materiais pedagógicos em sala de aula para que os professores possam motivar os alunos a conhecerem suas histórias locais e as histórias de seus antepassados.

Sendo assim, situar a escola como parceira direta para a solidificação deste processo temático é de suma relevância, pois é nesta que se compreende e se assimila valores e conhecimentos colocados em prática no dia a dia e na integração do aluno, escola e comunidade através de sua cultura local.

O motivo que impulsionou o início deste trabalho foi principalmente quando percebi uma lacuna na minha formação inicial do curso normal superior no ISEPAM. Mesmo depois de ingressar na licenciatura em pedagogia na UENF, pude verificar que não havia livros de literatura infantil e materiais pedagógicos para trabalhar as tradições culturais desta região em sala de aula e fui instigada a construir materiais pedagógicos simples, palpáveis para enfocar nossa regionalidade.

Neste sentido senti uma grande necessidade da possibilidade de incentivar a construção de materiais pedagógicos com a nossa identidade. Um dos poucos que temos direcionado à Educação Fundamental, é o livro *Gente da Terra* (1987), das professoras Marluce Guimarães Dias e

Maria Nilza Gonçalves Patrão, que era trabalhado na rede pública e também na rede particular de ensino.

Sendo assim, não compreendo o motivo pelo qual a cultura popular não faz parte dos conteúdos pedagógicos da educação infantil, etapa que as crianças expressam sua cultura através de seus movimentos corporais, de suas danças e músicas que já aprende na sua primeira célula social que é a família.

Nossa região é riquíssima em tradições, lendas, contos, e se fazem necessários a construção e reconstrução da história literária local da região de Campos dos Goytacazes, de suas influências e de suas particularidades, uma percepção corroborada por Lajolo:

lê-se para entender o mundo, para viver melhor. Em nossa cultura, quanto mais abrangente a concepção de mundo e de vida, mais intensamente se lê, numa espiral quase sem fim, que pode e deve começar na escola, mas não pode e nem deve se findar nela. (LAJOLO, 1997, p. 7)

2. Os diferentes tipos de discursos

Sabe-se que o homem é o único ser pensante, como também o único que possui “logos” linguagem, conforme afirma Aristóteles. (*apud* CHAUÍ, 2000, p. 172). O homem é o único ser que pensa e o seu pensamento só pode ser exteriorizado e mesmo internalizado através da linguagem. O homem depende da linguagem para manifestar suas ideias e pensamentos, assim como depende da linguagem para organizar internamente o que pensa ou sente. Segundo Rousseau “a palavra distingue os homens entres os animais; a linguagem, as nações entre si – não se sabe de onde é um homem antes de ele ter falado”. (*Apud* CHAUÍ, 2000, p. 172)

Esta definição deixa claro que não há como dissociar discurso de língua, uma vez que este é a materialização da língua e é através dele que manifestamos nosso pensamento. A partir dela é possível chegar à conclusão de que não há pensamento fora linguagem.

A vida em sociedade faz com que o homem esteja sempre em contato com os mais variados tipos de discurso, já que o discurso é a base de todo relacionamento social: entre aluno e professor, entre pais e filhos, entre médico e paciente.

Definir o que torna um discurso literário ou não literário não é tarefa das mais fáceis, mesmo para os especialistas da área. Segundo Lajo-

lo, “Não existe uma resposta correta, porque cada grupo tem sua resposta, sua definição para literatura”. O discurso literário é a essência da literatura; é nele que os escritores manifestam seu pensamento acerca do mundo.

Para Lajolo (1989) a definição para o que é ou não literário dependerá do tempo e do grupo social. É uma definição que não pode estar pronta em livros teóricos. Esta definição até pode existir, mas logo se esvazia e outra definição vem e a substitui.

O discurso para ser literário não pode ser prescritivo, literatura não é receita de bolo, nem tampouco é lei. O discurso literário é aquele que se conecta diretamente com o imaginário do leitor, fazendo com que este crie um universo fictício dentro de seus espaços mentais. Lajolo diz que a literatura não é transmissora, mas que ela dá asas e traz significação para coisas antes sem significado: “Literatura não transmite nada. Cria. Dá existência plena ao que, sem ela, ficaria no caos do inomeado e, conseqüentemente, do não existente para cada um. E, o que é fundamental, ao mesmo tempo cria, aponta para o provisório da criação”. (LAJOLO, 1989, p. 43)

É importante salientar que não é o que está contido no texto que o torna literatura, o que o define enquanto literatura não é a forma, nem o conteúdo. O que torna um discurso literário está muito mais no resultado da interação leitor e escritor do que qualquer outra característica que a obra possa ter

O mundo representado na literatura, simbólica ou realisticamente, nasce da experiência que o escritor tem de uma realidade histórica e social muito bem delimitada. O universo que autor e leitor compartilham, a partir da criação do primeiro e da recriação do segundo, é um universo que corresponde a uma síntese – intuitiva ou racional, simbólica ou realista – do aqui e agora que se vive. (LAJOLO, 198, p. 65)

O semiologista Roland Barthes, também formula um conceito de literatura “a língua implica uma relação fatal de alienação. Falar, e com maior razão discorrer, não é comunicar, como se repete com demasiada frequência, é sujeitar: toda língua é reiçãõ generalizada”. (BARTHES, 1983, p. 13)

Sendo assim, surge a questão dentro do ponto de vista do discurso literário: não existe literatura? Sabemos que literatura não é sujeição, muito pelo contrário é interação, é recriação... No mesmo livro, Barthes esclarece que só existe um lugar onde podemos “ouvir a língua fora do

poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: literatura”. (BARTHES, 1983, p.16)

A partir das citações de Lajolo e Barthes, conclui-se que a língua está sempre marcada por ideologia e autoritarismo, mas que tais discursos não cabem na literatura, pois a presença deles tiraria da obra o “status” de literatura. Por outro lado, a literatura, ou melhor, o discurso literário deixa marca dessa sujeição ao rebelar-se contra o poder, contra os discursos autoritários e a favor de uma visão mais crítica da sociedade.

Conforme explicamos nas páginas anteriores, nesta monografia analisaremos as formações ideológicas que estão sempre presentes nos discursos quando se refere ao contexto popular e à literatura infantil, nos alerta que “por definição, toda formação discursiva se caracteriza por sua relação com a formação ideológica” (ORLANDI, 1987, p. 218); portanto é essencial que se explicita o que são e como são construídas essas formações ideológicas.

Sobre a ideologia, (FIORIN, 2003, p. 28) afirma que:

A partir do nível fenomênico da realidade, constroem-se as ideias dominantes numa dada formação social. Essas ideias são racionalizações que explicam e justificam a realidade. Na sociedade capitalista, a partir do nível aparente, constroem-se os conceitos de individualidade, de liberdade como algo individual etc. Aparecem as ideias de desigualdade natural dos homens, uma vez que uns são mais inteligentes ou mais espertos que os outros. Daí se deduz que as desigualdades sociais são naturais. [...] A esse conjunto de ideias, a essas representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens é o que comumente se chama de ideologia.

Depreende-se que as formações ideológicas são construídas a partir da superficialidade da realidade, formando nas pessoas “mais ingênuas” impressões falsas acerca de sua própria condição social. A ideologia funciona, muitas vezes, como diz Fiorin, como “falsa consciência”, pois muitas pessoas acabam absorvendo determinada ideologia como verdade absoluta. Há, portanto, nas formações ideológicas um controle social de algumas camadas da população.

O escritor brasileiro consagrado na literatura infantil, Monteiro Lobato, diz que as preocupações com a literatura infantil começam em casa, mas não se esgotam aí e vão, depois, muito além do plano das adaptações e permeiam os contos, as fábulas e as narrativas que ouve, escreve ou lê ao longo da vida. Mas essa leitura precisa de prazer e não deve ser relacionada à obrigação ou mesmo a castigo

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

O menino aprende a ler na escola, e lê em aula, à força de horrorosos livros de leituras didáticas que industriais do gênero impingem nos governos. Coisas soporíferas, leituras cívicas fastigosas, patrióticas. Tiradentes, Bandeirantes, Henrique Dias, etc. Aprende assim a detestar a pátria, sinônimo de seca, e a considerar a literatura como um suplício. (LOBATO, 1969, p. 84)

Desta forma a literatura oferecida às crianças, concretiza-se notadamente em produções de cunho funcional, pela valorização da voz e da visão da criança, pelo desgaste de velhas fórmulas do conto infantil, bem como o interesse de divertir e não em transmitir conceitos pedagógicos e moralizadores e que pode ser observado tanto no pano retórico como ideológico.

Sendo assim, é necessário repensar as adaptações das obras literárias clássicas, mas também as obras de literatura popular, de elemento de tradição cultural regional como parte integrante das práticas pedagógicas. É necessário trazer para a sala de aula os elementos culturais regionais, cujos exemplos podem ser dados pela presença da lenda do Ururau da Lapa, das histórias da Mana Chica do Caboio, das tradições da cavallhada de Santo Amaro, dos diferentes modos de fazer doces tradicionais da cidade, das danças e músicas do jongo, das letras de músicas do carnaval campista que se perdem com as trocas de diretorias, que a maioria da comunidade escolar e acadêmica desconhece e não busca preservá-la.

Todos os tipos de discursos visam, de alguma forma, a persuadir o seu leitor, mas o discurso autoritário ou discurso do poder “é a formação discursiva por excelência persuasiva [...]. O discurso autoritário lembra um circunlóquio: como se alguém falasse para um auditório composto por ele mesmo”. (CITELLI, 2004, p. 39)

O poder nem sempre é utilizado para propósitos maléficos. Os pais fazem uso dele para educar adequadamente seus filhos. Bons professores também o utilizam para orientar seus alunos, de acordo com seus valores.

Sendo assim, a sociedade não funcionaria se não houvesse ordem, controle, relações de peso e contrapeso, sem as muitas relações legítimas de poder. Quando um professor exclui um conteúdo, ele exerce o abuso do poder.

O poder praticado de forma legítima, é uma necessidade social, porém sua forma ilegítima ou “abuso de poder” tem papel altamente coercitivo, que reprime e, frequentemente, tira do cidadão qualquer ação, inclusive o direito à livre expressão. O abuso de poder, então, significa a

violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder e contra os interesses dos outros. Os abusos de poder significam a violação dos direitos sociais, civis e culturais das pessoas.

Nenhum professor pode tirar o direito de seus alunos conhecerem suas próprias histórias, suas tradições que são passadas de geração em geração por motivos particulares ou intolerâncias religiosas.

O direito ao qual me refiro no exercício do poder é quando o professor auxiliado pelo livro didático na sua ação pedagógica, no seu papel de intermediário entre o livro e o aluno, seu leitor final faz um recorte. Os livros que ele lê ou que ele leu são os que terminam quase sempre nas mãos dos alunos. Isso explica a permanência somente da literatura clássica em detrimento à literatura popular. É essa seleção feita pelo próprio recorte do professor que o transforma no instrumento de poder. A seleção dos textos passa a ser uma questão pessoal e escapa à escola e o próprio conhecimento.

3. A literatura como encenação nos discursos sociais

A literatura tem um papel muito importante na formação de todo leitor e, especialmente, na formação do leitor-criança. Assim como a linguagem permite a organização e a exteriorização do pensamento, a literatura contribuirá, e muito, para a construção do conhecimento, permitindo que a criança conheça melhor a si mesma e ao mundo onde vive. Segundo Regina Zilberman, a literatura sintetiza, por meio dos recursos da ficção, uma realidade que tem amplos pontos de contato com o que o leitor vive cotidianamente. (ZILBERMAN, 2003, p. 25)

Um livro permite que a criança não apenas leia uma história, isto significa que a leitura, neste sentido, não é apenas a decodificação da escrita, mas permite que ela compreenda, interprete e integre o lido às experiências do indivíduo, ampliando seus horizontes. Muitas vezes, percebe-se que a criança realmente se coloca como uma das personagens, de um modo geral, aquela personagem com quem ela mais se identifica.

A literatura, como fenômeno de recreação do mundo através das palavras, será sempre um espaço para a encenação do real, da sociedade em que vivemos, permitindo que as crianças possam, através dela, dar significados às experiências ainda não vividas. Permite ainda que, as pessoas reflitam sobre a sociedade em que vivem, assim como, analisem sua própria realidade.

Bakhtin assinala que a obra de arte, neste caso a Literatura, se separa, mas não se distingue da realidade

A obra de arte enquanto coisa é tranquila e inexpressivamente delimitada no espaço e no tempo, é separada de todos os outros elementos: uma estátua ou um quadro afastam fisicamente todo o restante do espaço que ocupam; a leitura de um livro começa a uma determinada hora, ocupa algumas horas de nosso tempo, preenchendo-as, e, também a uma determinada hora, conclui-se; além disso, o próprio livro é solidamente envolto de todos os lados pela encenação; a obra, porém, é viva e literariamente significativa numa determinação recíproca, tensa e ativa com a realidade valorizada e identificada pelo ato. (...) A obra é viva e significante do ponto de vista cognitivo, social, político, econômico e religioso num mundo também vivo e significante. (BAKHTIN, 1988, p. 30)

O livro não é a realidade; mas, por ter relação com a realidade, ele acaba por ser palco de encenação para os diversos discursos e temas que vivenciamos no cotidiano. No caso desta monografia, será analisada a possibilidade de os professores produzirem juntos às crianças, atividades envolvendo discursos regionais junto à escola de educação infantil, relembrando as histórias de seu meio ou de seus familiares, que oralizaram, cantaram ou até mesmo escreveram algumas de nossas obras.

A encenação da realidade que ocorre através da literatura possibilita à criança melhor compreensão e organização do real, assim como dos seus próprios sentimentos. Regina Zilberman diz que a criança tem certos vazios, os quais podem e devem ser preenchidos pelas obras de ficção literária

A grande carência dela é o conhecimento de si mesma e do ambiente no qual vive, que é primordialmente o da família, depois o espaço circundante e, por fim, a história e a vida social. O que a ficção lhe outorga é uma visão de um mundo que ocupa as lacunas resultantes de sua restrita experiência existencial, por meio de sua linguagem simbólica. Logo, não se trata de privilegiar um gênero ou uma espécie em detrimento de outras, uma vez que os problemas peculiares necessitam ser examinados à luz dos resultados por escritor; e sim de admitir que, seja pelo conto de fadas, pela reapropriação de mitos, fábulas e lendas folclóricas, ou pelo relato de aventuras, o leitor reconhece o contorno no qual está inserido e com o qual compartilha lucros e perdas. (ZILBERMAN, 2003, p.: 27)

A citação sugere que a função formadora da literatura irá gradualmente ampliando os horizontes da criança, fazendo com que ela possa através da ficção dominar seu ambiente familiar e escolar em fim, a vida em sociedade. Mas é relevante lembrar que a leitura de uma obra de ficção literária, como já foi dito no capítulo sobre discurso, inclui sempre o leitor, ou seja, a criança assimilará sempre de acordo com suas carências

e levará sempre em conta sua visão de mundo, ocorre, portanto, uma interação entre escritor e leitor.

Cabe ainda considerar que de forma lúdica e bastante divertida a criança adotar valores importantes para sua formação cultural, moral e ética, sem que esta sequer se dê conta disso. Para que isto ocorra sem se confundir com a “missão pedagógica”, é essencial que o livro seja realmente literatura, que não prive a criança de sua opinião, de seus sentimentos, que não seja um manual de regras do tipo “faça assim e não faça assim”; a obra literária precisa romper com valores tradicionais e “adultocêntricos”, conforme afirma,

O valor literário tão-somente emergirá da renúncia ao normativo, o que implica abandono do ponto de vista adulto, ampliação do horizonte temático de representação e incorporação de uma linguagem renovadora, atenta ao discurso da vanguarda às modalidades da paródia, enfim, acompanhando a evolução da arte literária, que se dá sempre como ruptura e não como obediência. (ZILBERMAN, 2003, p. 69)

Nossas crianças necessitam de livros que deem a elas o prazer da leitura, que as façam mergulhar no mundo da imaginação, mas que as aproximem da realidade. A criança, muitas vezes, é obrigada a amadurecer antes da hora e a literatura pode facilitar muito nesta tarefa, pois ela pode relacionar a fantasia com o seu mundo real.

O mundo real é abarcado de pluralidades culturais vivas e que estão em constantes mudanças, e essas mudanças estão presente no cotidiano da criança e que necessita de uma articulação com a escola.

Há pais e professores que pensam que à criança só podem ser apresentados temas que falem de coisas boas, e que todo contexto escolar seja obrigatoriamente laico, que não se deve ler ou contar histórias que diz respeito às culturas vinculadas a outras religiões que não sejam suas, mas estes esquecem que a vida não é formada só de coisas que possui um lado; há outras possibilidades de música, dança e canto.

Esses tipos de discursos visam a uma alienação de outras formas de ver o mundo, a criança fica limitada e não compreende as práticas culturais de suas raízes, fica limitado a um mundo que não existe, de um mundo irreal.

4. *A necessidade de novos olhares pedagógicos para a promoção da cultura popular no âmbito escolar*

O que precisamos na verdade é mudar o modo através do qual olhamos e tratamos a escola, ela é um espaço de aprender a ler o mundo, mas um mundo que estende ao nosso cotidiano, ao que somos e ao que fomos. São necessárias as mudanças de atitudes pedagógicas, da valorização do que é a cultura popular na escola e mudança também de postura que ultrapassa o ato intelectual, é o que permeia o lúdico, o imaginário, o nosso. E que não podemos ignorá-la ou até mesmo esquecer-la. O grande combate às limitações e aos preconceitos, para qualquer mudança se dá, primeiramente, no interior de cada um.

Querer é sonhar com o que pode ser e, portanto, criar caminhos e não se conformar com o fato das coisas serem como são porque alguém disse que é assim, há outras possibilidades, outros desafios de inserir o que não foi inserido, de aceitar o que não foi aceito.

A literatura infantil regional não é abordada nos cursos de formação de professores do ensino médio, nem mesmo nas licenciaturas em pedagogia. Tal situação aponta para a necessidade de primeiramente repensar os cursos de formação de professores; então buscar alternativas de formação após a formação inicial, ou seja, a formação continuada que trará grande contribuição neste momento.

Todas as instituições responsáveis pela educação superior devem ser envolvidas nos processos da formação continuada do educador. Cumpre, no entanto, dediquemos aqui atenção especial às responsabilidades específicas da universidade em uma formação total e não apenas parcial. Escola da educação do educador, à universidade não é atribuído apenas o processo formativo formal, mas também no processo que até então não está formalizado.

A escola precisa ser promotora, dar continuidade e propiciar-lhe as rupturas exigidas pelo exercício da profissão na concretude das exigências renovadas, mas nas experiências comuns dos hábitos e costumes do indivíduo.

A incorporação da temática literatura regional na formação inicial e continuada pode possibilitar muitas reflexões a partir da realidade local, pode também contribuir com a construção de uma nova cidadania e considerando a realidade regional e mundial, buscando-se, por meio da educação e para o objetivo da educação despertar a sensibilidade da comuni-

dade escolar sobre a importância de provocar as mudanças para valorizar e entender os sinais e registros do passado, afim de que estes se constituam pontos de relação e constituição de identidade e pertencimento.

Estudar a cultura regional por meio dos cursos de formação continuada além de resgatar nos professores um sentimento de pertencimento e identidade serve também para que o valorizem e abordem em sua prática profissional envolvendo outros sujeitos, estimulando sua preservação e despertando interesses pela temática. A educação literária regional inserida na educação infantil deve ser entendida como todo processo de trabalho educacional que vai tratar da cultura de um povo desde muito cedo, sendo este produto de uma comunidade que com ele se identifica e que deverá cuidar para garantir sua permanência e vitalidade destacando seu lugar e sua importância.

Refletir sobre a literatura regional nos cursos de formação continuada pode levar a construção de consciências mais críticas, o pequeno leitor de hoje será o multiplicador da sua cultura amanhã.

A multiplicidade cultural do povo brasileiro está em constante mudança, e a escola precisa está aliada ao processo de inserção do fenômeno cultural. Graças à miscigenação das diferentes matrizes foi possível ter uma população heterogênea: rica, criativa e com as características de nosso país. Embora os fatos comprovem que nem sempre reconhecemos a sua importância. Um dos fatores agravantes é a falta da relação da escola com a cultura regional.

Nossa formação social é composta de uma vasta pluralidade cultural, que expressa diferentes maneiras de viver e de expressar suas emoções e sua arte. Ao mesmo tempo, tem uma história marcada de discriminações, de preconceitos silenciados. A cada dia temos um exemplo disso. As festas juninas dos grandes centros têm outro ritmo, outros trajes.

A produção de cultura de massa ganha cada dia mais espaço na sociedade, fazendo com que as culturas populares fiquem deturpadas e esquecidas.

A escola não pode se omitir e se fazer de indiferente às experiências dos alunos com a cultura mediada pelos veículos de comunicação, nem desprezar e esquecer da originalidade do saber popular. Ela precisa cumprir o seu papel de articuladora, no sentido de oferecer possibilidades proporcionando as ferramentas necessárias para que o aluno possa de-

envolver sua autonomia, criticidade e liberdade de se expressar diante das diferentes tendências.

Durante o trabalho de campo, pude perceber que parte do conhecimento histórico intangível, que é o conhecimento popular está disponível na literatura e escrita por poucos autores regionais. Para o primeiro segmento do ensino fundamental, ainda se encontra alguns autores e na educação infantil, não verificamos a existência nem mesmo de livros artesanais.

Esse resgate cultural tem suas raízes e seus sentidos, que deve ser problematizada e estimulada desde cedo na escola e na família, é durante essa trajetória que o indivíduo se insere a sua cultura. Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, a escola tem a capacidade de selecionar diferentes esquemas intelectuais e linguísticos para que possamos fazer determinadas escolhas. Os fatos mostram estruturas pedagógicas destes esquemas linguísticos e intelectuais e como foram incorporadas inconscientemente ao longo do tempo em cada aluno. Esses esquemas deixam marcas muito claras, sinais incorporados que identificam as trajetórias percorridas no curso das aprendizagens dos indivíduos

Os esquemas intelectuais e linguísticos organizam um espaço balizado, evitado de sentidos obrigatórios e sentidos proibidos de avenidas e impasses: no interior deste espaço, o pensamento pode manifestar-se com o sentimento da liberdade e da improvisação porque os itinerários de antemão esboçados que deverá seguir, são os mesmos que já foram antes diversas vezes percorridos no curso das aprendizagens escolares. (BOURDIEU, 1999, p. 215)

Nos campos culturais e filosóficos familiares, foi caracterizado pela incorporação de momentos marcantes de minha vida de que só agora me dei conta. Foram várias relações que esses produtores estéticos, intelectuais e linguísticos que deixaram marcas significativas nas minhas trajetórias.

Professores e alunos não podem ficar inertes e apenas criticar a banalização cultural. Se nós almejamos uma escola justa integradora é necessário, que se tenham mais conscientização dos indivíduos, valorizando sua procedência e auto afirmando a sua identidade senão ela estará promovendo a negação de si.

Deste modo, nossos espaços educativos se convertem em espaços violentos de negação de si, de desvalorização multicultural. É na escrita e na leitura de textos literários que encontramos o senso de nós mesmos e o sentimento de pertencimento da comunidade a que pertencemos. A litera-

tura revela o que somos e nos incentiva a desejar o mundo por nós mesmos. E isso acontece porque a literatura é uma experiência a ser realizada. A literatura tem um sentido muito mais amplo

É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia de minha própria identidade. No exercício da literatura, podemos ser outros, podemos viver como os outros, podemos romper com limites do tempo e do espaço de nossa experiência e ainda assim sermos nós mesmos. (CÂNDIDO, *apud* COSSON, p. 17)

É por esse motivo que interiorizamos de maneira mais intensa as verdades dadas pela poesia e pela ficção. Só a experiência literária que nos permite saber da vida por meio das experiências do outro, nos permite também vivenciar essa experiência.

Uma das finalidades fundamentais da intervenção curricular é preparar os alunos para serem cidadãos críticos e ativos, membros e solidários e democráticos de uma sociedade democrática e solidária. Uma meta neste sentido exige que a seleção dos conteúdos do currículo, os recursos e as experiências oriundas do cotidiano escolar e as aprendizagens que as crianças trazem que caracterizam a vida nas salas de aula, as formas como são construídos os conhecimentos vividos extramuros da escola, sejam considerados.

Uma criança que têm como raízes culturais às práticas do jongo, do samba, não tem sequer o direito de se manifestar nas rodas de brincadeiras com seus versos e textos literários porquê a religiosidade do professor não permite negligencia seus direitos. Muitas vezes argumentando que sua cultura não cabe no contexto escolar e desvalorizando por pertencer a um grupo minoritário que geralmente são oriundas de famílias pobres e de raízes negras.

A literatura possui uma função maio de tornar o mundo compreensível transformando materialidade em palavras de gestos, cores, odores, saberes e formas que são intensamente humanas. Ela tem e precisa ter um lugar especial no âmbito escolar, para que a mesma cumpra o seu papel socializador e humanizador. Aprender a ler e ser um leitor, é muito mais do que adquirir habilidades, ser leitor ultrapassa um hábito ou uma atividade e vai além, é lendo que o leitor reflete sobre suas práticas sociais que medeiam as relações humanas.

O papel do professor é partir do que o aluno conhece para aquilo que o aluno desconhece, com a finalidade de proporcionar o crescimento leitor para que se amplie seus horizontes de leitura. O nosso corpo é feito

de linguagem, feito de palavras com que exercitamos, quanto mais se faz o uso a língua, maior a extensão, maior as possibilidades de compreensão do mundo.

Antônio Cândido em sua obra *O Direito à Literatura* (1995) afirma que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob a pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e a visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Os alunos precisam ter prazer no uso das palavras

Ao usar as palavras, eu as faço minhas do mesmo modo que você, usando as mesmas palavras, as faz suas. É por esse processo simultaneamente individual e coletivo, que as palavras se modificam, se dividem e multiplicam, vestindo de sentido o fazer humano. (CANDIDO, *apud* COSSON, p. 16)

Os projetos curriculares emancipadores, destinados aos membros de uma sociedade democrática e progressista, tem o dever de compreender e sugerir processos de ensino e aprendizagem de acordo com as culturas locais, também deve propor metas educativas e blocos de conteúdos culturais que contribuam para uma socialização crítica. Os projetos escolares precisam aplicar o princípio da diversidade cultural de cada localidade, contemplando para além das simples diferenças.

Através das práticas escolares, dos conhecimentos, dos valores que, de uma maneira explícita ou oculta, são acumulados, as crianças vão se sentindo pertencidos a uma comunidade. Aos poucos vão se identificando com laços que as unem como grupos. Descobrem que algumas características físicas, idiomas, costumes e modos de pensar as quais elas comungam e ao mesmo tempo vão tendo uma visão que existem outros grupos com outras maneiras de pensar e de ser.

É necessário estar conscientes de que as ideologias raciais, religiosas são usadas como álibi para manter situações de privilégio de um grupo social sobre o outro. Essas ideologias são acompanhadas de uma linguagem aparentemente científica, com a finalidade de impedir que os grupos étnicos oprimidos possam exigir a modificação das estruturas sociopolíticas que perpetuam o estado de inferioridade.

A finalidade da intervenção curricular é a de preparar os alunos para a cidadania, criticidade, solidariedade e democracia. Essa meta exige que a seleção dos conteúdos do currículo, as experiências dos cotidianos escolares, as formas de avaliação que promovam a construção dos conhecimentos, atitudes e normas e valores necessários para a constitui-

ção do cidadão. São essas experiências culturais locais que precisam ser contempladas.

5. Metodologia de trabalho

Iniciei o meu trabalho a partir de um levantamento bibliográfico no qual a primeira autora a ser estudada foi Regina Zilberman (2007) em *Literatura Infantil Brasileira*. Tive a oportunidade de me aprofundar um pouco mais sobre as ideias de Marisa Lajolo, que corrobora as ideias que nasciam ao escrever e pesquisar a primeira autora citada. Ler sua obra muito contribuiu nas minhas aspirações para o meu trabalho.

São inúmeras as propostas da literatura regional, desde a linguagem visual, textual, poética ou musical. Todas elas poderiam ser parte integrante de atividades de pesquisas cotidianas. A importância da preservação, difusão desta cultura necessita de um incentivo maior por parte das instituições de educação tanto municipais como estaduais e, principalmente, das universidades formadoras de professores nas séries iniciais.

Ao estudar outros autores, percebi que os pesquisadores e estudiosos do currículo vêm ao encontro de minha inquietação, despertando em mim um interesse maior sobre a temática do silenciamento das culturas regionais.

Para a classificação da pesquisa, toma-se como base dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa será explicativa e descritiva. Explicativa porque busca esclarecer fatores que silenciam a cultura popular. Descritiva, porque visa expor a necessidade de repensar o currículo nos cursos de formação de professores e a ampliação da cultura popular nas séries iniciais.

Quanto aos meios, a pesquisa será bibliográfica, de campo e documental. Bibliográfica, porque para se realizar a fundamentação teórico-metodológica da presente pesquisa, será realizada uma investigação sobre os seguintes temas: a inexistência de material pedagógico literário local, as possibilidades de pesquisa e de ação educativa para a construção dos mesmos. De campo, porque coletará dados primários através de entrevistas e depoimentos com os professores do ISEPAM, para compreender a mediação da cultura local ou a falta da mesma.

Em relação à pesquisa de campo, meu primeiro passo foi fazer um questionário experimental para investigar as minhas suspeitas do desconhecimento da temática do discurso literário regional pela maioria dos professores e por qual motivo eles não são mencionados em sala de aula.

6. *Considerações finais*

As obras literárias regionais contam, com uma linguagem lúdica e bem humorada, relatam os cânticos e danças de jongo, lenda do Ururau da Lapa, a cavallhada de Santo Amaro, os romances da Mana Chica do Caboio, as belíssimas canções do jongo da baixada campista, histórias de tráfico de negros, histórias e práticas culturais indígenas, oralidades de um povo que precisa ser preservado, consegue fundir o moderno ao conto de fadas, pois ela fala ao mesmo tempo de política, de ética, de democracia, do real, que se mistura ao mundo mágico, as práticas culturais.

O discurso ideológico é apresentado com o discurso de poder e questionado nas práticas escolares, este questionamento conduz a uma reflexão sobre o papel da escola e do professor na sociedade e leva à conclusão de que, à medida que as pessoas se manifestam e se unem formando “o gigante”, elas têm a possibilidade de transformar a realidade na qual elas estão envolvidas. A criança se vê, desde cedo, como cidadã, capaz de mudar sua realidade.

Busquei todo o tempo ao longo deste trabalho, defender o preparo dos professores e a formação continuada no que se refere à literatura popular que não é mediada nas escolas do município de Campos dos Goytacazes, para que esses se deem conta de seus papéis sociais no momento em que a própria cultura é um jogo de poder e ideologia, e é por esse motivo que esse conhecimento é banalizado e não chega a educação infantil e por sua vez não chega aos cursos de formação de professores.

Para isto a pedagogia tem o dever de revelar esses saberes que nos pertence, e que faz parte da história e literária local. É compromisso das universidades construir um acervo de pesquisas para legitimar esses saberes e criar disciplinas que possam contemplar e multiplicar a literatura regional para que todos tenham acesso, principalmente os futuros professores.

A incorporação da temática literatura regional na formação inicial e continuada pode possibilitar muitas reflexões a partir da realidade local, pode também contribuir com a construção de uma nova cidadania e con-

siderando a realidade regional buscando-se, por meio da educação e para o objetivo da educação despertar a sensibilidade da comunidade escolar sobre a importância de provocar as mudanças para valorizar e entender os sinais e registros do passado, afim de que estes se constituam pontos de relação e constituição de identidade e pertencimento.

Quando lidamos com os saberes tradicionais raramente os mesmos são registrados no papel, neste caso a grande fonte de pesquisa é o conhecimento que é transmitido de gerações em gerações.

O currículo multicultural veio ao encontro de meus propósitos e comprometimentos com a minha formação, e exige um contexto democrático sobre os conteúdos de ensino, no qual os interesses de todos sejam representados.

Muito poderia falar ainda sobre esse universo de manifestações culturais locais da cidade de Campos dos Goytacazes, seja na música, na literatura, nas comemorações festivas, nos hábitos e costumes tradicionais do povo campista. A cultura popular por ser viva exige uma constante pesquisa e atualização merece seu lugar de fato na escola e todo esse saber pode e deve se consolidado nas escolas e nas universidades, para que o professor se sinta mais seguro e ao alcance desses conhecimentos até então tão esquecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Unesp, 1988.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1980.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Trad.: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BOURDIEU, Pierre, *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *O que é literatura*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LISPECTOR, Clarice, *Para não esquecer*. Rio de Janeiro. Rocco, 1999.

LOBATO, José Bento Monteiro. *A onda verde*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Educación y sociedade. Trad.: Tomás Tadeu e Silva. In: _____. *Territórios contestados*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Trad.: Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 145-163.

SILVA, Marluce Guimarães; DIAS, Maria Nilza Gonçalves Patrão. *Gente da terra: estudo sobre o município de Campos dos Goytacazes – história e geografia*. 2. ed. Campos dos Goytacazes: Edição das Autoras, 1987.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*, 11. ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Literatura e pedagogia ponto e contraponto*, 2. ed. São Paulo: [Mercado Aberto?], 2000.